



APOR

Associação Portuguesa dos Orizicultores –

Rua do Brasil, 180 – 3030-175 COIMBRA

Telefone 239 712 389 – Fax 239 703 467

Email: apor@ip.pt

Ao Exm^o Senhor Presidente da Comissão de Agricultura

Aos Grupos Parlamentares da Comissão de Agricultura

OBRAS HIDRO-AGRÍCOLAS

É urgente a conclusão das Obras de Emparcelamento Agrícola no Vale do Pranto, Arunca e Éga (cerca de 4000 hectares) a fim de entre outras situações evitar situações de cheias não controladas. O facto de a Associação de Beneficiários da Obra Hidro-Agrícola ser agora a responsável pelas candidaturas e respectivos projectos de finalização das Obras, sem ter condições financeiras para o fazer é preocupante.

O Governo empurrou para a Associação de Beneficiários as responsabilidades que eram suas, sem dar as devidas contrapartidas financeiras; e a Associação de Beneficiários assumiu responsabilidades que nunca devia ter assumido sem exigir as ditas contrapartidas financeiras para finalizar a Obra; a finalização do Emparcelamento Agrícola está seriamente comprometida.

Que seja desbloqueada uma verba para finalização das Obras Hidroagrícolas do Baixo-Mondego em que o Emparcelamento Agrícola seja considerado para todos os Vales onde ainda não foi feito, pois é essencial para o desenvolvimento agrícola de toda a região.

ARROZ

Os preços pagos na colheita de 2016 pela indústria do arroz aos produtores foram inferiores aos custos de produção da cultura, variando entre os 26 e os 28 cêntimos/KG; o preço justo á produção devia ser 40 cêntimos/KG. As grandes superfícies e os industriais continuam desde Novembro 2015 a fazer importações maciças de arroz agulha.

Ao contrário dos seus congéneres Espanhol e Francês, o Ministério da Agricultura Português não cria mecanismos de fiscalização aos produtos importados, para que a produção nacional seja escoada.

APOIOS INUNDAÇÕES/APAMBIENTE

O Baixo Mondego (incluindo os concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Soure), assim como parte da Figueira da Foz, algumas das zonas da região mais fustigadas pelas cheias nos últimos anos (nomeadamente este ano de 2016) estão de fora das candidaturas a fundos comunitários para intervenções a nível da desobstrução e regularização fluvial e controlo de inundações.

É inadmissível que a Agência Portuguesa do Ambiente que em Fevereiro de 2016 numa apresentação pública indique que o Baixo-Mondego é uma das regiões com inundações periódicas. e na lista agora publicada se esqueça desta região.

Ou seja os agricultores do Baixo de Mondego assim como instituições, autarquias etc, não se podem candidatar a fundos comunitários pelos prejuízos causados em futuras inundações.

Julho de 2016